

GEOGRAFIA & SOCIEDADE

Órgão Oficial da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB

1º Bimestre de 1988 – Nº 1

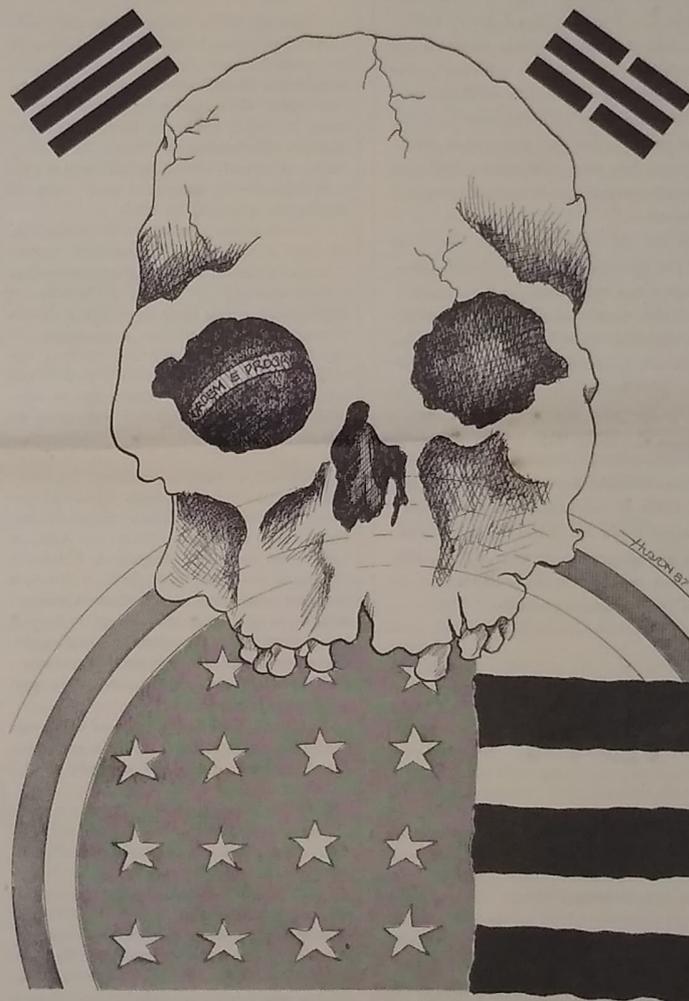
O Futuro do Brasil?

O processo de industrialização brasileiro se deu com base no que os economistas chamam "substituição de importações". De um país agro-exportador, num processo pleno de contradições sociais, passou-se a substituir os artigos de bens de consumo imediato (têxteis, calçados, bebidas etc.), depois substituiu-se a importação de bens de produção (aço, equipamentos) e, depois de 1956 com a implantação da Volkswagen do Brasil, inaugurou-se a substituição de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis etc.). Hoje, salvo alguns setores da química fina e da informática, o Brasil já dispõe de um complexo parque industrial onde o que precisa ser importado não difere do que qualquer país industrializado importa. Afinal, nenhum país é plenamente auto-suficiente, nem mesmo a URSS. Isso nos permite afirmar que o Brasil possui um parque industrial completo. O que fazer com isso? Eis uma questão que necessita um posicionamento de cada um de nós pois vai definir os rumos do processo de desenvolvimento futuro. Ao mesmo tempo, os 20 anos de ditadura militar nos deixaram como herança uma dívida externa de 120 bilhões de dólares e uma dívida social que não tem preço mas pode ser medida pela elevada mortalidade infantil, a elevada criminalidade reinante na cidade e no campo, enfim, uma profunda desigualdade social. A "Nova República" que acaba de nomear o coordenador da campanha Paulo Maluf à Presidência da República, Dep. Prisco Viana para Ministro, começa a falar em "Zonas de Processamento de Exportação - ZPE" e de Plataformas de Exportação como modelos para o futuro desenvolvimento do país. É esse o futuro que queremos para o Brasil?

Transcrevemos a seguir uma matéria publicada na Folha de São Paulo que fala de um dos "quatro dragões" da Ásia, a Coreia (os outros três são Formosa, Singapura e Hong-Kong) onde esse modelo de Exportação foi implantado nas duas últimas décadas e onde já podemos ter uma idéia do que dá. Enfim, num país como o Brasil que possui imensas quantidades de terras agricultáveis e de um parque industrial complexo, o que falta para garantir um padrão de vida digno ao povo? Será que a Geografia não pode nos ajudar a refletir sobre isso? Uma última questão: por que não começamos a discutir o socialismo como alternativa para o Brasil? Afinal, hoje, do ponto de vista material não falta nada e o que nos apresentam é viabilizar o pagamento da dívida externa via Plataforma de Exportação!

Passemos, então, ao texto que fala do possível futuro do Brasil na vertente "Nova República". Isto se nós não colocarmos uma outra alternativa, obviamente.

Carlos Walter Porto Gonçalves



Coreia: o outro lado da Plataforma de Exportação

Se os "quatro dragões" desenvolveram suas indústrias baseados no trabalho intensivo e salários baixos, no caso da Coreia do Sul esta situação ainda é mais aguda. A população coreana trabalha 54,4 horas por semana em média, enquanto em Formosa e Singapura a média de trabalho semanal é de 48,1 horas, diz o jornal argentino "Clarín". A maioria dos gerentes de empresas coreanas chegam a trabalhar de 70 a 80 horas por semana, diz a revista norte-americana "Business Week". Mesmo os gerentes japoneses, que são conhecidos pela dedicação ao emprego, não trabalham mais do que 65 horas por semana.

A Coreia do Sul possui a menor renda per capita entre os "quatro tigres", diz o jornal inglês "Financial Times". Mais de dois terços da força de trabalho ganha em torno de US\$ 120 por mês. Os salários industriais cobrem apenas 48% do custo da subsistência - 10% dos trabalhadores ganham menos de US\$ 110 por mês. Raras são as empresas que pagam horas-extra ou feriados. As indústrias coreanas procuram parecer que são grandes famílias. A direção das indústrias sempre discutem problemas, inovações, ou até mesmo alguma decisão, pessoalmente com seus subordinados, conferindo-lhes grande responsabilidade. Realizam também assembleias, para decidir e elaborar projetos que melhorem a produtividade.

Os norte-americanos que trabalham em uma indústria da Coreia do Sul produziram US\$ 94 mil em bens em 84, enquanto os norte-americanos em uma empresa dos EUA, com o mesmo porte e características da indústria coreana analisada, produziram US\$ 87 mil durante o mesmo tempo, conforme uma pesquisa da "Business Week". "Os coreanos fazem o melhor para as suas empresas porque elas são parte deles mesmos", diz um empresário japonês.

Tais características empresariais são responsáveis pelo aumento surpreendente das exportações do país nos últimos anos. No ano passado, as vendas ao exterior cresceram 12,2% frente ao ano anterior, atingindo US\$ 34 bilhões, recorde histórico. Pela primeira vez o país obteve superávit comercial o ano passado, de US\$ 4,5 bilhões. E como 80% do Produto Nacional Bruto do país vêm das exportações, estima-se que o crescimento econômico deste ano vai ultrapassar as previsões de 8% feitas pelo governo. Também os baixos preços do petróleo e a valorização do iene - tirando a competitividade dos produtos japoneses e elevando a dos coreanos -, têm ajudado a recuperar o comércio exterior do país. Devido à esta recuperação, as pressões dos EUA para uma abertura do mercado interno têm aumentado, e por isto o país terá que valorizar sua moeda frente ao dólar.

Não tão dócil

Nos últimos dois anos, contudo, a dócil mão-de-obra coreana não está mais tão dócil assim. Em abril de 85, milhões de trabalhadores ocuparam a indústria de automóveis Daewoo Motors, realizando o primeiro grande protesto desde 80, quando o general Chu Doo Hwan tomou o poder através de um golpe de Estado. O movimento dos trabalhadores da Daewoo foi seguido de protestos no setor têxtil e dos estudantes em Seul (capital da Coreia do Sul). Em 86, milhares de trabalhadores protestaram por melhores condições de trabalho na cidade de Inchón, mobilização que acabou causando um sério distúrbio civil.

A Federação de Sindicatos Coreanos, controlada pelo governo, e seus dezesseis sindicatos, já não detêm mais o total controle do movimento sindical e inúmeros sindicatos independentes estão sendo criados. Estes sindicatos já organizaram mais de 40 greves no ano passado, e denunciam que as empresas demitem e a polícia não somente prende, mas também seqüestra e tortura, inúmeros líderes do movimento. Nos últimos dois anos, seis trabalhadores se suicidaram em protesto contra os baixos salários e repressão.

Folha de S. Paulo - 29 de março de 1987

Editorial

Uma das grandes dificuldades com que se defrontam os que lutam por ampliar seus "espaços" na sociedade brasileira é o de articular os diversos movimentos à escala nacional. As classes dominantes brasileiras dispõem não só do poder no dia a dia nas fábricas, fazendas, bancos, escolas, escritórios, hospitais, órgãos de planejamento etc... assim como atuam através da imprensa tanto escrita, como de rádio e televisão. Temos um Brasil que sai na "tela da Globo" onde, sabemos, não pinta nada de novo, e um outro Brasil que tenta conquistar novos espaços, seja através dos Sem Terra, dos posseiros, dos boias-frias, dos seringueiros da Amazônia, dos operários do ABC-SP, do Vale do Rio dos Sinos-RS, Polo-Petroquímico da Bahia, de Cabo-Jaboatão-PE, Quadrilátero-Ferífero-MG, dos habitantes da periferia das grandes cidades que lutam por água, esgoto, habitação, educação e transporte, das comunidades indígenas que lutam pela demarcação de terras, das mulheres que querem superar o confinamento a que se viram submetidas pelo machismo (o que lhes restringe o espaço), das diversas minorias que querem sair dos guetos sócio-ideológico-geográficos a que ficam confinados etc. São esses os homens e mulheres concretos que vivem-sobrevivem no nosso espaço geográfico de cada dia a que a Geografia da População não vê porque só vê números.

O jornal Geografia e Sociedade pretende ser um canal por onde circule as diversas manifestações da população brasileira por um espaço geográfico mais justo, igualitário e livre. Um jornal que veicule as lutas sócio-territoriais do povo brasileiro, sempre atento para os projetos do Estado e das classes dominantes e que manifestem estratégias que se colocam contrárias a um novo espaço, uma nova sociedade onde cada um possa ver no outro um amigo, um companheiro e não um usurpador, um explorador. Um jornal que permita aos profissionais de Geografia, técnicos e professores, estarem informados das inovações buscadas por aqueles que, para o sistema, estão impedidos de colocar sua criatividade e imaginação a serviço do bem público. Um jornal que permita o professor levar para sala de aula o espaço geográfico das vidas dos homens comuns que com seu trabalho produzem e pouco usufruem do resultado. Um jornal que permita a troca de experiências e possa levar a outros cantos a imaginação e a criatividade desenvolvida em outros lugares. Enfim, um jornal que não entenda a Geografia Crítica somente como um novo rótulo, uma nova teoria, mas também como uma nova prática, pois aí sim ela se distinguirá do estreitamento acadêmico de que muitas vezes o "novo" aparece vestido.

AGENDA

1 a 10 de Fevereiro de 1988

Primer Taller Internacional sobre Transformacion Del Medio Geografico en Cuba. Facultad de Geografia de la Universidad de la Habana. Cuba.

22 a 27 de fevereiro de 1988

IV Congreso Nacional de Geografia y Primer Congreso Internacional de Geografia de las Americas. Sociedad Geografia de Lima, Apartado 100-1176. Lima, Peru.

23 a 29 de julho de 1988

VII Encontro Nacional de Geógrafos, Associação dos Geógrafos Brasileiros. Macció - Alagoas.

Mato de 1989

Mudanças Globais Durante o Quaternário na América do Sul. Passado, Presente e Futuro. Associação Brasileira de Estudos do Quaternário - ABEQUA. Informações cf a Profª Lilian Coltrinari. Deptº de Geografia - USP. Rua do Lago, 562 - Cidade Universitária - 01498 - SP

AMAZÔNIA: interesses indígena X interesses das mineradoras

Falcão Vasconcellos*

Nós da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - não podemos esquecer as resoluções que a entidade tomou em sua Assembléia Geral, realizada no 6º Encontro Nacional de Geógrafos (Campo Grade-MS), Julho de 1986. Entre tais resoluções, estão aquelas relacionadas ao momento constituinte, já naquela época, em andamento com a deflagração da campanha com vistas às eleições de novembro de 1986.

Nesta hora, para muitos desalentadora, em que o Congresso Constituinte mostra claramente que no seu conjunto é esmagadora a representação da minoria exploradora e dominadora, e, que dado às normas e formas com que desenvolveram-se, a campanha e as eleições de 1986, muito pouco existe de democrático em sua composição. É preciso que reafirmemos através da prática nossos compromissos com os interesses populares, no que tangue a elaboração da nova(?) Constituição.

Quanto a "questão indígena" é preciso resgatar que conforme afirma o antropólogo Darcy Ribeiro, os povos ameríndios que habitavam tão somente o México e a América Central na época da chegada de Cristóvão Colombo, em outubro de 1492, a América abrigava nada menos que setenta e noventa milhões de pessoas, e que, a despeito da própria narrativa do "descobridor", falando sobre a cordialidade do primeiro encontro e contato com os indígenas, o genocídio começa também imediatamente.

Passado um século e meio os índios haviam sido massacrados de tal forma, que sua população estava reduzida a menos de 3,5 milhões de habitantes.

Diferentemente dos espanhóis, os quais apertaram de início na América Central, e tinham pelo ouro uma ânsia desenfreada, conforme as narrativas do diário de Colombo, os portugueses demoraram algum tempo desde sua chegada ao Brasil em 1500 até descobrir e iniciar a exploração do ouro entre outros minerais preciosos. Só duzentos anos depois é que os portugueses foram tomados pela febre mineradora, especialmente aurífera. Daí em diante os indígenas começaram a ser cada vez mais intensamente dizimados.

Dos cinco, seis ou dez milhões de índios (conforme a fonte), que habitavam o Brasil no início da colonização, hoje não restam mais que 200.000.

É preciso mergulhar fundo na história dos vencedores, para através de sua releitura, entender-se a história dos vencidos, de maneira a que se possa ter uma melhor compreensão do significado de toda essa campanha hoje desencadeada a partir de setores da grande imprensa, especialmente pelo "Estado" (O Estado de São Paulo) e "O Globo", contra os interesses dos povos indígenas brasileiros em relação ao texto constitucional.

Interesses ligados aos grupos nacionais associados a grandes empresas multinacionais originaram o desencadeamento na imprensa nacional de um forte, violento e sórdido movimento, distorcendo os fatos sem fundamentação objetiva alguma, procurando descaracterizar toda a luta e o apoio à causa indígena, seja em termos nacionais ou internacionais.

Com notícias sensacionalistas, retórica picareca e distorções proposítas e intencionais, o "Estado" em uma série de reportagens,¹ "esqueceu" de divulgar informações importantes a respeito de "Quem é quem no subsolo brasileiro"²

Como ilustração para se entender melhor os interesses envolvidos na questão é interessante registrar que a BRITISH PETROLEUM (BP) segunda maior empresa fora dos Estados Unidos e uma das três maiores mineradoras que atuam no Brasil (associada a holding canadense BRASCAN) é a maior empresa do Reino Unido, sendo que o governo britânico controla 32% de suas ações, e, seu lucro líquido foi da ordem de 1,5 bilhões de dólares no ano de 1985. O mais interessante é que uma das subsidiárias do grupo BP-BRASCAN no Brasil, a Mineradora Santa Marta, tem participação acionária em nome do conhecido Roberto Marinho (O Globo...) juntamente com o empresário Monteiro Aranha, além da participação do BRADESCO.

Para ampliar os esclarecimentos sobre a situação dos interesses envolvidos é preciso citar mais alguns dados, os quais constam do livro citado, aliás, editado por organismo governamental. Dos 19% da área do território brasileiro bloqueada por autorizações de pesquisa ou de lavra mineral, 60% se encontram na Amazônia, exatamente onde está situada a maior parte das terras indígenas. 38,1% da área está em mãos de grupos estrangeiros, e as empresas privadas nacionais controlam 35%, ao passo que, as estatais vem por último na participação, com 26,9% da área. Das áreas sob controle dos grupos estrangeiros, a BP-BRASCAN e seus associados no exterior mais o grupo sul-africano ANGLO-AMERICAN, detêm 61% do total.

Com esse quadro fica mais fácil entender toda a teia de interesses e as ofensivas frente à opinião pública e ao Congresso, nestes decisivos momentos de definição do processo constituinte.

Os alardes da imprensa, de maneira geral se calam frente a muitos dados e informações que envolvem a questão, e os brios de muitos congressistas foram aguçados em relação às supostas tramas internacionais induzidas pelas "denúncias" e ataques, a partir das manifestações de apoio e defesa dos mais elementares direitos dos indígenas brasileiros, conforme o que reconhece a própria Organização das Nações Unidas - ONU³

Alguns desses direitos reconhecidos textualmente são:

"As nações e povos indígenas compar-tam com toda humanidade o direito à vida, do mesmo modo que o direito a estar livre de toda opressão, discriminação e agressão".

"Nenhum Estado exercerá jurisdição alguma sobre a nação ou território destes, a não ser que se faça de total acordo com os desejos livremente exprimidos do referido povo ou nação".

"As nações e povos indígenas têm direito a controlar e gozar permanentemente dos territórios ancestrais-históricos. Tudo isto incluindo o direito ao solo e ao subsolo, às águas interiores e litorâneas, aos recursos renováveis e não renováveis e às economias baseadas nesses recursos".

Quanto às "denúncias", até mesmo o Conselho de Segurança Nacional - CSN -, ligado a Presidência da República, considerou "imprestáveis" e rejeitou os documentos (naturalmente forjados) que denunciavam uma "conspiração contra o Brasil" e que envolvia indígenas e interesses minerais na Amazônia.

É preciso indagar-se, sobre onde se situa efetivamente tal conspiração e contra quem ela se volta. Pelo que aqui foi colocado e acrescentando-se muitas outras informações disponíveis ou buscando-se alguns outros dados, de "Quem é quem no subsolo brasileiro", é simples o entendimento de que a conspiração está montada desde a muito tempo e vem se desenvolvendo mais intensamente nas últimas décadas, contra os interesses nacionais (majoritários), que são os dos povos indígenas e de amplas parcelas da sociedade brasileira.

Notas

- 1 Reportagens estas, cuja série foi editada também em outros jornais locais ou regionais do país, como foi o caso de "A Crítica" (Manaus-AM), deram sua contribuição ao sensacionalismo e a farsa veiculada pelo Estadão.
- 2 Título do livro publicado pelo CNPq em julho de 1987, baseado em dados de domínio público existentes no DNPM - Ministério das Minas e Energia.
- 3 Genebra, julho de 1985.

Fontes

1. Folha de São Paulo - São Paulo, 26/08/87 - Artigo: Mineração e Terras Indígenas - Marcela Carneiro da Cunha - antropóloga, presidente da Associação Brasileira de Antropologia - ABRA e professora do Departamento de Ciências Sociais da USP; José Albertino Rodrigues, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos; Wanderlino Teixeira de Carvalho, geólogo, presidente da Coordenação Nacional de Geólogos - CONAGE.
2. Retrato do Brasil - nº 30 - São Paulo, 20 a 26/08/87.
3. Retrato do Brasil - nº 31 - São Paulo, 27/08/87 a 02/09/87.
4. Folha de São Paulo - São Paulo, 01/09/87 - Artigo: Curiosas Distorções - Lisáneas Maciel, Deputado Federal Constituinte pelo Rio de Janeiro.
5. Retrato do Brasil - nº 32 - São Paulo, 03 a 09/09/87.

* Membro da AGB/Manaus e da AGB/Uberlândia. Ex-professor da Universidade do Amazonas. Atualmente, professor da Universidade Federal de Uberlândia.

Enchentes para o futuro

A solução definitiva para crônico problema das enchentes na região metropolitana de São Paulo não será alcançada apenas com a execução de grades obras, como o rebaixamento e alargamento do rio Tietê, estrondosamente iniciado pelo governo do Estado.

São várias os fatores que resultam nas enchentes e deles não darão conta apenas as obras do Tietê. É certo que o aumento da capacidade de vazão de 840 para 1.188 metros cúbicos por segundo poderá eliminar a curto e médio prazo a grande maioria dos transbordamentos do rio. É uma obra indispensável para corrigir o irreversível, mas não suficiente - adiantará simplesmente o problema por alguns anos, sem eliminar, evidentemente, as inundações advindas de outros rios e córregos da região metropolitana.

O problema não será mais do que atenuado enquanto for mantido o desastroso processo de ocupação do solo urbano em curso. O loteamento desordenado e clandestino de áreas impróprias à urbanização, a terraplanagem indiscriminada que destrói a cobertura vegetal, a impermeabilização do solo, o desmatamento e ocupação das várzeas e áreas de saneamento dos córregos - algumas das características que compõem o modo atual de ocupação do solo -, precisam ser enfrentados para que se possa efetivamente solucionar, em sua dimensão, maior, o problema. Caso contrário, o assoreamento dos córregos e rios - inclusive o Tietê - provocado pelo acúmulo de Terra e outros detritos no leito dos cursos d'água, continuará reduzindo as vazões e causando transbordamentos.

É claro que este ciclo - assoreamento, grandes obras, novo assoreamento, novas obras - favorece unicamente as empreiteiras especializadas e os administradores que faturam eleitoralmente as dimensões faraônicas de obras públicas. Em contrapartida, queimam-se vultuosos recursos que não precisariam ser mobilizados se fossem tomadas medidas efetivas de fiscalização e controle, capazes de reverter o processo corrente de produção e reprodução da cidade.

O que se vê, no entanto, é a total omissão das autoridades e órgãos encarregados de conter a urbanização desordenada. Loteadores clandestinos são astuciados sem que sejam obrigados a executar obras indispensáveis. A implantação de novos loteamentos não é fiscalizada. Nada é feito para controlar a erosão, que assume contornos de calamidade em várias regiões. Favelas proliferam nas margens dos córregos sob o olhar complacente dos órgãos responsáveis pela política habitacional. Nada é feito para desenvolver novas soluções de pavimentação das vias públicas, destinadas a aumentar a absorção superficial das águas pluviais pelo solo.

Não há indícios, portanto, de que o drama das enchentes esteja próximo de ser resolvido como anuncia pomposamente, em generosos informes publicitários, o governador Orestes Quércia.

(Editorial - Folha de São Paulo de 12 de novembro de 1987).

Colaboração Wanda Salles - Comissão de Meio-Ambiente - AGB.

O despertar do bóia-fria

A socióloga que se especializou no estudo dos trabalhadores rurais fala sobre os episódios de Guariba (1984) e suas conseqüências

Por Emanuel Neri - Transcrito da Revista Veja nº 821 de 30/5/84.

O levante dos cortadores de cana e colhedores de laranja na região de Ribeirão Preto, que continua a produzir efeitos em cascata em cidades de São Paulo ainda não incluídas no acordo que trouxe a trégua ao campo, não surpreendeu a socióloga Maria Conceição D'Incao, 44 anos, professora de Ciências Sociais da Unesp em Araraquara. "Uma semana antes, eu havia dito a meus alunos que a situação lá era muito tensa", contava na terça-feira Maria Conceição.

Em 1974, ao lançar o livro *O Bóia-Fria, Acumulação e Miséria*, ampliação de sua tese de mestrado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, ela tornou famoso o termo que designava os trabalhadores rurais volantes. Desde então, permaneceu ligada à questão dos bóias-frias.

A mudança de cenário chocou-a profundamente. "As fazendas já estavam esvaziadas e as cidades, inchadas pela miséria", lembra. Os antigos companheiros de infância - todos filhos de colonos - estavam transformados em bóias-frias, e ela resolveu conhecer esse mundo. Hoje, dedica-se a estudar questões específicas do fenômeno, como o papel da mulher bóia-fria. Maria Conceição D'Incao conversou com VEJA sobre a atual situação dos trabalhadores rurais paulistas depois da rebelião de Guariba:

Só os sindicatos pode garantir acordo

VEJA - Depois dos episódios de Guariba, o que muda para os bóias-frias de São Paulo?

MARIA CONCEIÇÃO - O movimento de Guariba e de toda a região de Ribeirão Preto representa um marco histórico para os trabalhadores rurais de São Paulo. Os bóias-frias tomaram conhecimento da força que têm e, a partir daí, começaram a ser atores de sua própria história, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho. Tudo, agora, depende só do avanço que eles possam ter ao nível da própria organização. Porque, se por um lado eles conquistaram um acordo que lhes traz uma série de vantagens, por outro o cumprimento desse acordo depende de eles estarem permanentemente organizados e mobilizados.

VEJA - Como conseguir essa mobilização?

MARIA CONCEIÇÃO - Através dos sindicatos. A maioria das reivindicações dos bóias-frias são direitos já assegurados por lei, que não são cumpridos porque os trabalhadores não têm um mínimo de organização. Se eles não conseguirem agora elevar seu próprio nível de organização e chegar à montagem dos sindicatos, estarão muito frágeis para garantir o cumprimento do acordo firmado.

VEJA - Os usineiros se inquietam com a possibilidade de os bóias-frias se organizarem?

MARIA CONCEIÇÃO - É muito importante para os usineiros que os bóias-frias se organizem. Os usineiros só assinaram o acordo depois que o canal foi incendiado, e eles se sentiam fortemente pressionados. E tenho a impressão de que vão dormir mais sossegados se souberem que podem conversar, que têm um interlocutor para resolver estas questões. Se os trabalhadores estiverem organizados dentro dos sindicatos, as manifestações de violência tenderão a desaparecer.

VEJA - Por que a revolta só aconteceu agora?

MARIA CONCEIÇÃO - Há vários fatores que explicam isso. O primeiro deles, e o mais importante, é que naquela região os trabalhadores estão se assumindo como categoria. O bóia-fria, no país inteiro, constitui uma população errante, que perdeu a luta pela terra e, igualmente, a batalha pelo trabalho urbano. Ele perambula pelo país à procura de trabalho. É um trabalhador que não tem o menor poder de barganha na venda de sua força de trabalho, e por isso aceita qualquer tipo de serviço. Isso, evidentemente, não possibilita uma maior organização desses trabalhadores. Na região de Ribeirão Preto, entretanto, podemos perceber que o bóia-fria começa a se tomar como uma categoria, a adquirir uma identidade.

VEJA - Por que isso ocorreu naquela região?

MARIA CONCEIÇÃO - Porque aquela região adquiriu também sua identidade econômica, que provém basicamente da cana-de-açúcar e da laranja. Embora uma grande parcela do mercado de trabalho oferecido por essas culturas ainda seja constituída por empregos temporários, elas criam um trabalho que se produz todos os anos. Dessa forma, criam também condições para que surja uma categoria que se assume como trabalhador da cana e da laranja - assim, não há mais uma classe trabalhadora indefinida, errante, à procura de qualquer trabalho. Essa tendência é mais acentuada entre os trabalhadores da cana. Quase a metade deles vem do Nordeste e de Minas Geras, todos os anos, para esse trabalho. E os que moram na região também são, entre maio e dezembro, cortadores de cana.

O quadro era de fome e exploração

VEJA - Quais são as diferenças entre os cortadores de cana e os apanhadores de laranja?

MARIA CONCEIÇÃO - O trabalhador da cana é um pouco mais selecionado. Os escolhidos são os mais fortes, enquanto o contingente de colhedores de laranja, em geral, é formado mais por mulheres, velhos e crianças. Os trabalhadores mais fortes e capazes de produzir mais optam pela cana, porque esta rende mais. Algumas usinas estão começando a fixar parte da mão-de-obra, e a seleção de pessoal é feita por sexo, idade e condições de saúde. Os que têm contratos permanentes são os homens mais jovens e com boa saúde. Trata-se da redução do homem a músculos.

VEJA – Antes de a região de Ribeirão Preto adquirir identidade econômica mais definida, os bóias-frias não tinham reivindicações a apresentar?

MARIA CONCEIÇÃO – Exatamente. Porque nenhum bóia-fria queria ser bóia-fria. Não estava colocada a questão de melhorar as condições de trabalho, porque aquilo não era trabalho que valesse a pena, que se pudesse aceitar. Os bóias-frias desejavam encontrar um trabalho na indústria. Não estavam dispostos a questionar as suas condições de trabalho.

VEJA – Esse fenômeno está ocorrendo em outras regiões de São Paulo?

MARIA CONCEIÇÃO – Não. Um bóia-fria da região de Sorocaba, por exemplo, onde a agricultura é muito distinta da de Ribeirão Preto, ainda não chegou a isso. Ele colhe algodão numa época, noutra, colhe amendoim, depois renova pastagens. Isto faz com que ele não se assuma como trabalhador rural. Esse bóia-fria está sempre esperando um trabalho na indústria ou aguardando a possibilidade de voltar a ter seu pedaço de terra. Na região da Alta Sorocabana, ouvi depoimentos de trabalhadores que não queriam ser registrados como lavradores, alegando que iriam rir na cara deles. Já em Ribeirão Preto, nota-se que este sentido do trabalho provisório tende a ser perpetuado. Eles não gostam desse tipo de trabalho mas sabem que não têm outra saída. A partir daí, começam a pensar em suas condições de trabalho, esboçam embriões de organização política.

VEJA – Havia algum embrião de organização na revolta dos bóias-frias de Guariba?

MARIA CONCEIÇÃO – Sim. Basta lembrar que, ao eclodir o movimento e surgir a oportunidade de negociação, os líderes sindicais tinham uma proposta de acordo.

VEJA – Então, embora o movimento tenha sido espontâneo, havia um trabalho de organização em curso...

MARIA CONCEIÇÃO – A revolta de Guariba, que depois se alastrou por toda a região de Ribeirão Preto, tem características de movimento espontâneo, gerado pela fome. Mas, como acontece nesta época todos os anos, havia uma campanha salarial em curso naquela área. Alguns sindicatos tinham pautas detalhadas de reivindicações. O estopim acendeu-se espontaneamente, mas, na hora da negociação, havia lideranças sindicais para tocar uma proposta de acordo. É como se a revolta dos trabalhadores e o movimento sindical estivessem ora se encontrando, ora correndo paralelamente.

VEJA – Qual foi o estopim da rebelião?

MARIA CONCEIÇÃO – Havia um quadro bastante grave de fome e de superexploração. Mas o elemento detonador das manifestações foi a tentativa dos usineiros, no ano passado, de implantar um novo sistema de corte de cana que é muito mais prejudicial aos bóias-frias do que o sistema usado até então. Alguns usineiros não conseguiram implantar o novo sistema, tal a reação dos bóias-frias.

O trabalhador é reduzido a suor e músculo

VEJA – Que mudança foi essa?

MARIA CONCEIÇÃO – O novo sistema significa, para o trabalhador, um desgaste excessivo. Ele precisa andar mais para amontoar a cana, desgasta-se mais e, em consequência disso, sua produção diminui. O usineiro ultrapassou o limite possível. Esse esforço adicional, para um trabalhador que vive no limite de sua resistência física, é inadmissível. No ano passado, a Comissão Pastoral da Terra pediu que elaborássemos um estudo sobre o novo sistema. Fizemos todos os cálculos relativos à redução da produção do trabalhador para propor uma elevação do preço pago por metro ou tonelada colhida, o que tornaria o novo sistema mais aceitável. Mas os próprios trabalhadores discordaram. "Esse sistema novo encurta a vida da gente", disseram. Para mim foi uma surpresa, porque a mudança no sistema de corte não parecia uma coisa tão importante.

VEJA – O acordo agora assinado vale apenas para os cortadores de cana e apinhadores de laranja. Como ficam os demais bóias-frias?

MARIA CONCEIÇÃO – Eles vão ter que conseguir também seus acordos. Este movimento servirá de exemplo para todos os trabalhadores assalariados temporários de São Paulo – tanto assim que os patrões se apressaram em assinar o acordo e tomaram a iniciativa de estendê-lo para o Estado inteiro porque sabiam que a explosão seria generalizada. Os trabalhadores que estão colhendo algodão, amendoim ou executando tarefas similares em outras regiões do Estado também terão de recorrer ao mesmo caminho para obter conquistas: o contrato coletivo, proposto pelo movimento sindical, ou a violência, como aconteceu em Guariba.

VEJA – A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp) não considera o acordo feito na região de Ribeirão Preto válido para todo o Estado?

MARIA CONCEIÇÃO – O contrato coletivo pressupõe o diálogo entre os representantes dos trabalhadores, de um lado e, de outro, os representantes da classe patronal. Essa atitude da Fetaesp não se reduz apenas a uma questão formal. A entidade quer aproveitar este momento para fazer crescer em todo o Estado a consciência de que o sindicato é importante como elemento mediador da negociação. É ele que vai garantir a aplicação daqueles itens que fazem parte do acordo.

VEJA – Os bóias-frias do resto do Estado têm alguma característica em comum com os cortadores de cana?

MARIA CONCEIÇÃO – O que o trabalhador tem é consciência de que é explorado, de que neste trabalho está reduzido a suor e músculos. Os depoimentos deles relatam histórias incríveis de acidentes e moléstias, de desgaste físico através do trabalho.

O homem é mais barato que a máquina

VEJA – Como surgiu o bóia-fria no Brasil?

MARIA CONCEIÇÃO – A utilização do trabalhador temporário surge no país por conta de um modelo econômico que exclui o homem do campo. A propriedade da terra continua a concentrar-se no país e o homem do campo está sendo empurrado para as cidades. Na cidade, ele encontra um modelo de industrialização altamente tecnificado e poupador de força de trabalho. Então, sobra gente. E isso permite à agricultura ir se desenvolvendo tendo nesse trabalhador temporário uma solução mais barata do que a máquina para os períodos de safra ou de grande demanda de mão-de-obra.

VEJA – A mecanização da agricultura não torna a mão-de-obra dispensável?

MARIA CONCEIÇÃO – No Brasil, a mecanização da agricultura tem um aspecto bastante curioso. Há máquinas e tecnologia sofisticada para todos os tipos de trabalho, mas, devido ao excesso de ofertantes de força de trabalho, nos períodos de colheita é mais barato utilizar homens do que máquinas. Há usineiros que têm cortadoras de cana paradas porque é mais barato usar bóias-frias do que gastar combustível para fazer a máquina funcionar. Então, a questão do desemprego é uma falsa ameaça, pelo menos enquanto a estrutura econômica do país for esta.

VEJA – Acordos como o de Guariba não podem inverter esse quadro, tornando a utilização da máquina mais vantajosa para o usineiro do que pagar os trabalhadores?

MARIA CONCEIÇÃO – Esses trabalhadores são tão explorados que, mesmo elevando-se os salários deles em mais de 300% de um dia para o outro, como aconteceu, ainda assim não representam peso para o usineiro. Ademais, este trabalho de cortar cana, por exemplo, não é trabalho para gente. Nem em condições ótimas e com direitos trabalhistas garantidos aquilo deveria ser feito por gente. Para a classe trabalhadora urbana, é um absurdo constatar que esse pessoal ainda está reivindicando 13º salário, férias, descaço remunerado, assistência médica. A leitura do acordo mostra claramente a situação desses trabalhadores. Situação que só existe por conta de nossa política econômica. E é esta política que precisa ser questionada.

VEJA – Qual é a média de vida de um bóia-fria?

MARIA CONCEIÇÃO – Nunca fiz um estudo sobre isso, mas frequentemente me surpreendo entrevistando bóias-frias que considero velhos, acabados, como se tivessem 70 anos – e, de repente, descubro que eles têm a minha idade. Impressiona-me bastante o fato de encontrar, no início da safra, um trabalhador que tem um rosto e, seis meses depois, ao final da colheita, vê-lo com a aparência envelhecida em dez anos.

VEJA – E a mulher bóia-fria?

MARIA CONCEIÇÃO – Ao longo destes anos em que tenho trabalhado com os bóias-frias, pude perceber que a mulher, embora aparentemente tenha um discurso conservador, é muito mais crítica do que o homem. A mulher resiste mais, sempre está negando esse trabalho.

VEJA – De que modo se manifesta essa rejeição?

MARIA CONCEIÇÃO – Se é casada, sonha com o dia em que o marido vai deixar de ser bóia-fria para ter uma situação melhor. Se é solteira, sonha que vai arranjar um marido que não seja bóia-fria e lhe permita abandonar esse tipo de serviço. Isso mostra a grande resistência da mulher bóia-fria, que não admite ver-se reduzida a força de trabalho, apenas. Por estar dividida entre o trabalho e o espaço doméstico é que ela resiste muito mais em se deixar transformar em suor ou em mercadoria.

VEJA – Como a senhora explica o fato de que os cortadores de cana de São Paulo, o Estado mais rico do país, só agora tenham obtido conquistas que já são antigas pra os cortadores de cana do Nordeste?

MARIA CONCEIÇÃO – O fator principal é tradição de luta. A classe trabalhadora da região de Ribeirão Preto tem história recente. Consolidou-se a partir de 1975, quando foi criado o Proálcool e a cana começou a predominar naquela área. Até recentemente, os bóias-frias de Ribeirão eram uma população errante, o que contribuiu para não haver um movimento sindical mais atuante, como, por exemplo, o de Pernambuco.

Controlar a produção é fundamental

VEJA – Há outras diferenças?

MARIA CONCEIÇÃO – As condições de trabalho também são diferentes. Aqui, nós temos o trabalhador que mora na cidade ou fica alojado temporariamente nos barracões das próprias usinas, e que trabalha cada dia num lugar diferente. Nós não temos, em São Paulo, a figura do trabalhador morador, que é um elemento importantíssimo na organização dos cortadores de cana de Pernambuco. É muito difícil organizar uma categoria de trabalhadores que, além de temporários, ainda são itinerantes. Torna-se quase impossível, por exemplo, a criação da figura do delegado sindical. Aqui, o trabalhador não tem sequer sua base territorial definida. Mora num município e trabalha em outro. Isto, além da própria história do movimento sindical rural, que sempre foi mais atuante em Pernambuco.

VEJA – O sistema de controle de produção também é diferente?

MARIA CONCEIÇÃO – Os usineiros de São Paulo têm um sistema de produção altamente sofisticado. Na região de Ribeirão Preto, por exemplo, há técnicos sendo contratados para elaborar um sistema melhor de pesagem e medida do corte da cana. Quanto mais avançado for esse sistema, mais difícil será para o trabalhador controlar sua produção. Enquanto no Nordeste a pesagem da cana é feita na frente dos cortadores, em São Paulo a balança fica dentro da usina. É por isso que três das reivindicações de Guariba estão ligadas ao controle da produção: a que pede que a cana seja medida por metro, a que exige um recibo diário de produção e, finalmente, a que pede um recibo mensal discriminando o que cada bóia-fria produziu.

(Colaboração Carlos Walter Porto Gonçalves – Diretor Nacional AGE)

1º ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE TRANSFORMAÇÃO DO MEIO GEOGRÁFICO EM CUBA

01 a 10 de Fevereiro de 1988

OBJETIVO

- Demonstrar as peculiaridades da transformação da natureza e suas conseqüências no desenvolvimento sócio-econômico nas últimas décadas em Cuba.

OPCIONAL: CULTURA INCA

DIA 15/02 — HAVAI/LIMA - Chegada em Lima, recepção e traslado ao Hotel Bolivar, Alojamento sem refeições.
DIA 18/02 — LIMA/CUZCO - Traslado ao aeroporto e embarque para Cuzco. Chegada, recepção e traslado ao hotel. Alojamento com café da manhã. Tarde livre.
DIA 17/02 — CUZCO - Após o café de manhã saída para visita a cidade e as Ruínas de Sacayhuaman e Tambomachay.
DIA 18/02 — MACHU-PICHU - Dia inteiro de excursão com almoço no local.
DIA 19/02 — CUZCO/LIMA - traslado ao aeroporto e embarque para Lima. Traslado ao Hotel Bolivar.
DIA 20/02 — LIMA - Dia livre.
DIA 21/02 — LIMA/BRASIL - Traslado ao aeroporto e embarque para o Brasil.

Aero Peru
Suplemento aéreo: US\$ 50,00
Terrestre em duplo: US\$ 285,00
Terrestre individual: US\$ 371,00

O PREÇO INCLUI:

- Regime de pensão completa em Cuba.
- Passagem ida e volta classe econômica.
- Alojamento nos lugares mencionados.

O PREÇO EXCLUI:

- Visto para Cuba no valor de US\$ 10,00
- Extras de caráter pessoal (bebida, lavanderia, telefone etc.)
- Excesso de bagagem.
- Despesas com documentação de viagem.
- Qualquer item não mencionado.
- Inscrição no encontro US\$ 50,00

PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL
DE GEOGRAFIA DAS AMÉRICAS

Lima, 22 a 27 de fevereiro de 1988.

PRINCIPAIS TEMAS:

- 1 — Recursos Naturais 4 — Geografia Política
2 — Ocupação do Espaço 5 — Avanço Tecnológico da Geografia
3 — Geografia Econômica 6 — Ensino de Geografia

Parte aérea Rio/Lima/Rio: US\$ 545,00
F.N.D. US\$ 136,50

OPERADORA **FROTA BRASIL TURISMO**

OFICIAL AV. FRANKLIN ROOSEVELT 39 51106 RJ 20021 BRASIL

TELS.: (021) 2409878 5333287 TELEX(021) 30992 IMPRATUR 05 188 00 411

TEMÁTICA

- Apresentação das regularidades da diferenciação natural e as características sócio-econômicas de Cuba.
- Utilização dos recursos naturais em Cuba. Os

recursos naturais e as particularidades de sua utilização em Cuba.

- Evolução do sistema de assentamentos. As novas comunidades.
- A proteção da natureza. Principais aspectos.

PROGRAMAÇÃO

DIA 01/02 — HAVANA - Pela manhã inauguração do evento. À tarde sessões de trabalho. À noite será oferecido cocktail de boas vindas.
DIA 02/02 — HAVANA - Dia dedicado a sessões de trabalho. Noite livre.
DIA 03/02 — HAVANA - Manhã dedicada a sessões de trabalho. À tarde city tour pela cidade de Havana. Noite livre.
DIA 04/02 — HAVANA - Pela manhã visita a Faculdade de Geografia. À tarde sessões de trabalho. Noite livre.
DIA 05/02 — HAVANA/PINAR DEL RIO - Pela manhã saída à Pinar del Rio, visitando o Parque Nacional La Guira e

Minas Matahambre. À tarde alojamento no Rancho San Vicente onde será realizada conferência especializada. Jantar campesino.
DIA 06/02 — PINAR DEL RIO - Pela manhã saída para visita no "Valle de Viñales", Estação Experimental e Cooperativa Tabaguera. À tarde, após visita ao combinado pesqueiro La Coloma, alojamento em Soroa.
DIA 07/02 — PINAR DEL RIO/HAVANA - Pela manhã saída para Havana, visita ao combinado Los Terneros e Los Naranjos. Alojamento Hotel Machurrucutu. Noite livre.

DIA 08/02 — HAVANA/MATANZAS - Dia dedicado para visita a Provincia e cidade de Matanzas. Alojamento. Noite livre.
DIA 09/02 — MATANZAS/HAVANA - Pela manhã visita a "Cardenas Javellanos", plantações cítricas em Jaguey e escola de campo. À tarde visita à Guama e Giron e regresso a Havana. Alojamento Hotel Machurrucutu. À noite cocktail de despedida.
DIA 10/02 — HAVANA - Conclusões e encerramento do evento. Noite livre.



OPÇÕES DE VÔOS

SÃO PAULO/MANAUS/HAVANA/MANAUS/
SÃO PAULO

Saída: 29/01

Retorno: 12/02

Parte Aérea: US\$ 669 + FND (167,25)
Crediário: Entrada: 30% + FND

Prestações: 06

Parte Terrestre: Quarto individual: US\$ 395

Quarto duplo: US\$ 378 à vista

Quarto triplo: US\$ 360



VARIG

MANAUS/PANAMÁ/HAVANA/PANAMÁ/
MANAUS

Saída: 01/02

Retorno: 15/02

Parte Aérea: US\$ 670 + FND (167,50)

Crediário: Entrada: 20% + FND

Prestações: 10

Parte Terrestre: Quarto individual: US\$ 395

Quarto duplo: US\$ 378 à vista

Quarto triplo: US\$ 360

Obs.: Oferecemos várias opções turísticas em CUBA após o encontro.

Representante
em S. Paulo

EVASION TURISMO

AV. PAULISTA, 1489 - loja 53 telex 384884
Fone: (011) 284. 6308 - e/Acela

EXCELENTE DESCONTOS
PARA GRUPOS
DE ASSOCIADOS DA A.G.B.

Parte Terrestre:
Somente nos 10 dias do encontro

RIO/BOGOTÁ/PANAMÁ/HAVANA/PANAMÁ/
BOGOTÁ/RIO

Saída: 01/02

Retorno: 12/02

Parte Aérea: US\$ 790 + FND (197,50)

Crediário: Entrada: 20% + FND

Prestações: 10

Parte Terrestre: Quarto individual: US\$ 355

Quarto duplo: US\$ 338 à vista

Quarto triplo: US\$ 320

AeroPeru

RIO/LIMA/PANAMÁ/HAVANA/LIMA/RIO

Saída: 31/01

Retorno: 15/02

Parte Aérea: US\$ 790 + FND (197,50)

Crediário: Entrada: 20% + FND

Prestações: 10

Parte Terrestre: Quarto individual: US\$ 335

Quarto duplo: US\$ 318 à vista

Quarto triplo: US\$ 300

Ferrovia Norte-Sul: Isso é que é trem da alegria

Um delírio de US\$ 2,44 bilhões

No dia 8 de maio, timidamente na seção de classificados do jornal Folha de São Paulo, começou a vir a público o grande escândalo da Ferrovia Norte-Sul envolvendo 18 grandes empreiteiras, o sr. José Tealdo Tavares (ministro dos Transportes), a empresa estatal VALEC - Engenharia e Construções Ltda¹ e o sr. José Sarney, presidente da República.

Porém, nos preparemos para os outros projetos da Nova República, como: o Trem Bala que liga Rio de Janeiro-São Paulo-Araraquara; a duplicação da Av. Brasil no Rio de Janeiro (Linha Vermelha); a nova unidade da Usiminas que fabricaria os trilhos da Norte-Sul; a ferrovia Leste-Oeste ligando Cuiabá (MT) a Anápolis (GO) e juntando-se à Norte-Sul; a ferrovia da Produção a ligar Mato Grosso ao Porto paraense de Paranaguá; a ferrovia Transnordestina (Petroliana-PE a Salgueiro-CE) e, o asfaltamento de 1.000 km da Transamazônica situados nos estados do Pará e Maranhão.

Mas fiquemos somente com a ferrovia Norte-Sul, infelizmente famosa pela concorrência fraudulenta, que desde meses atrás já começava a se concretizar através de licitação para os trabalhos de projeto básico e gerenciamento.

Antes do escândalo a VALEC, usando até as instalações de suas contratadas, abriu concorrência para as obras de infraestrutura (desmatamento, terraplanagem etc.) e construção de ponte sobre o rio Tocantins e de 18 lotes, sendo dez localizados a partir de Anápolis (GO) e oito vindo de Açaalândia (MA) com trilhos unidos aos da ferrovia Carajás.

O miolo entre esses lotes, significando 16 deles em 700 km, tinha concorrência para as obras de infraestrutura marcadas para julho e as obras de colocação de dormentes, trilhos, sinalização e construção nos primeiros 18 lotes já tinha concorrência marcada. Ou seja, a ferrovia estava a todo o vapor.

A denúncia pegou de surpresa as 18 empreiteiras, de um total de 21, que já haviam decidido de antemão o seu quinhão no delírio de 2,4 ou 2,6 bilhões de dólares, que é o custo atualmente estimado desta ferrovia. Elas são: Andrade Gutierrez (MG); Camargo Correa (SP); Mendes Jr. (MG); CBPO (SP); Queiroz Galvão (RJ); Odebrecht (BA); C.R. Almeida (PR); Traxex (MG); Constran (SP); EIT (RN); Ferreira Guedes (SP); Serveng-Civisan (SP); Cowan (MG); Paranapanema (SP); Brasil (MG); Sultepa (RS); CEESA (MG) e Alcino Vieira-Convap (MG).

Surpresos também ficamos nós quando tomamos conhecimento que a CR de Almeida antes da divulgação oficial dos resultados já havia alugado imóveis e providenciado acomodações para seus funcionários na cidade cujo lote pleiteava: o 5.AC em Estreito do Maranhão. Outra delas, a Mendes Jr havia realizado anteriormente uma operação de leasing back ainda inexplicada com o Banco do Brasil, vendendo as suas máquinas por 150 milhões de dólares e realugando-as quando necessário. Quando não há obras, o BB arca com os prejuízos.



Com esses exemplos acima, podemos ter uma vaga idéia de que essas empresas se acham acima de qualquer suspeita e talvez criem que nenhuma responsabilidade lhes caiba após os processos ora em curso, com a anulação da concorrência 24 horas depois de anunciada. Comprovada a infração, elas estariam suspensas de participar das próximas concorrências e são essas grandes empresas as que têm condições de transformar esse delírio em pesadelo.

Para nós, geógrafos, professores e estudantes de Geografia, é mais importante analisar os argumentos "geopolíticos" do projeto que têm sido relegados a segundo plano e que trariam conseqüências sociais enormes, inviabilizando uma gestão democrática do espaço brasileiro caso se concretize essa ferrovia.

Segundo dados da revista *Veja* (20/05/87), a área abrangida por essa região tem apenas 10% de sua área aproveitável para a agricultura e daí podemos inferir que imediatamente a ferrovia é motivo de alegria para os políticos e fazendeiros de Goiás e Maranhão e para os empreiteiros e fabricantes de máquinas e equipamentos do Sul e Sudeste.

Entre os argumentos apontados pela "Exposição de Motivos", encontramos o "desenvolvimento geopolítico", a descentralização regional e um "potencial" em produzir alimentos para o mercado interno e externo, ordenando a ocupação territorial e migrações internas, visando a desconcentração da renda.

Ora, o desenvolvimento capitalista concentra espacialmente a terra, o trabalho e o capital, quer queiram ou não, e a desconcentração da renda se faz através do aumento do salário real ou pela desconcentração da estrutura fundiária - a Reforma Agrária.

A área atingida pela influência da ferrovia Norte-Sul soma 595 mil quilômetros quadrados (o dobro da superfície de São Paulo), possui 35 milhões de ha cultiváveis (incluindo-se pecuária e florestas) dos quais somente dois milhões são agricultadas com arroz, feijão, mandioca e milho, somando dois milhões de habitantes. Não há informações do Governo de quanto é produzido atualmente, mas os dados existem na FIBGE. (Rev. Senhor - 12/05/87).

Por isso o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro já propôs uma ação popular contra a construção desses 1570 km de linhas e mais 90 km de pátios e terminais.

O Ministério dos Transportes (e não o ministério da Agricultura, pasmem!) imagina que essa região irá produzir algum dia 15,5 milhões de toneladas de grãos (equivalente a 20% da safra brasileira atual) mas não revela que para isso teria de gastar um total de 30 bilhões de dólares ao longo dos anos, conforme revelam os cálculos da Vale do Rio Doce.

Mas o sonho não acabou essa obra criaria 1,2 milhões de novos empregos diretos ou indiretos, ou seja, 530 mil na agropecuária e 470 mil na indústria, mineração e serviços. Parece que não saímos ainda do lema "Este é um país que vai pra frente..."

Na Exposição de Motivos da Ferrovia Norte-Sul estima-se que somente a partir de 1990 a estrada deixará de ficar ociosa, e após 2005 ela transportaria 10,9 milhões de toneladas de grãos (70% da sua capacidade total).

Quem paga? Nós, é claro. Mas os recursos, segundo a revista *Senhor* (22/05/87) ainda permanecem envoltos numa bruma já que o Programa de Desenvolvimento do Brasil Central não tem tostão, mas pensa-se no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), no Tesouro Público (que rodando a

maquininha e fazendo dinheiro acelera o processo inflacionário), e de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial.

Estão previstos desembolsos de 57 milhões de dólares neste ano de 1987, 1,1 bilhões de dólares em 1988, 900 milhões de dólares em 1989 e 120 milhões de dólares em 1990. Mas o FND só pode emprestar recursos se o projeto for aprovado através do BNDES, e esse dinheiro sairia dos empréstimos compulsórios. E alguém ainda se lembra das promessas de devolução do compulsório da gasolina?

Podemos afirmar que não existem recursos internos para essa ferrovia inviável economicamente, pois o orçamento do FND para 1987, aprovado desde fevereiro, é de 3 bilhões de dólares dos quais 500 milhões de dólares estão alocados para o setor de transportes, incluindo obras mais necessárias como a ferrovia da Produção (Mato Grosso - Paranaguá/PR). Mas o sr. José Sarney é o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico, que manda no FND e os recursos estão sendo criados pela duplicação de dinheiro do orçamento da União (a previsão para 1987 pulou de Cz\$ 550 milhões para 1 trilhão de cruzados - Rev. Senhor 12/05/87) e estudos do GEIPOT, órgão de planejamento do Ministério dos Transportes classificaram essa ferrovia como oitava opção no rol de alternativas para o crescimento da região Centro-Oeste.

Na Exposição de Motivos encontramos ainda uma surpresa mais amarga: a criação de duas empresas, uma estatal para construir a ferrovia, e de outra de participação privada para explorar o serviço de transportes, fazer a manutenção pagando um pedágio e contribuindo com vagões e locomotivas, auxiliadas pelo governo Federal através de incentivos fiscais até o crescimento dos volumes transportados (o que teoricamente só ocorreria em 2005).

Em resumo, teremos de pagar uma ferrovia e auxiliar as empresas privadas que sófregas bradam pela iniciativa privada e pelo liberalismo econômico através de seu Lobby na Constituinte. Esse pacote ferroviário e rodoviário, cuja ponta de lança é a ferrovia Norte-Sul, terá como resultados "geopolíticos" o aumento do preço das terras de grandes empresas multinacionais, associadas ou nacionais que atualmente desempenham o papel de reserva de valor e conseguidas através de incentivos fiscais em governos passados.

Este projeto "geopolítico" tem o objetivo de concretizar o que a finada Transamazônica esboçou e serviu de pretexto: a incorporação de uma área coalhada de conflitos sobre a posse da terra pelo capital industrial e financeiro, construída provavelmente por uma "paz de cemitério".

Márcia Siqueira de Carvalho, Vice-Diretora da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Londrina

Geografia dos conflitos de terra no Ceará

Transcrito de "O Povo" - Fortaleza, 20 de janeiro de 1987 - (Colaboração AGB - Fortaleza).

O Superintendente Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, Edson Teófilo, considera que uma das zonas mais críticas em termos de conflito de terra no Ceará é a do litoral Norte. "No momento, as áreas mais preocupantes estão localizadas no município de Trairi, Itarema e Camindé. Neste último, apesar de ter havido algumas desapropriações, a situação ainda permanece bastante complexa", afirmou. Além desses, o Superintendente coloca Itapipoca e Jaguaretama dentro da área crítica.

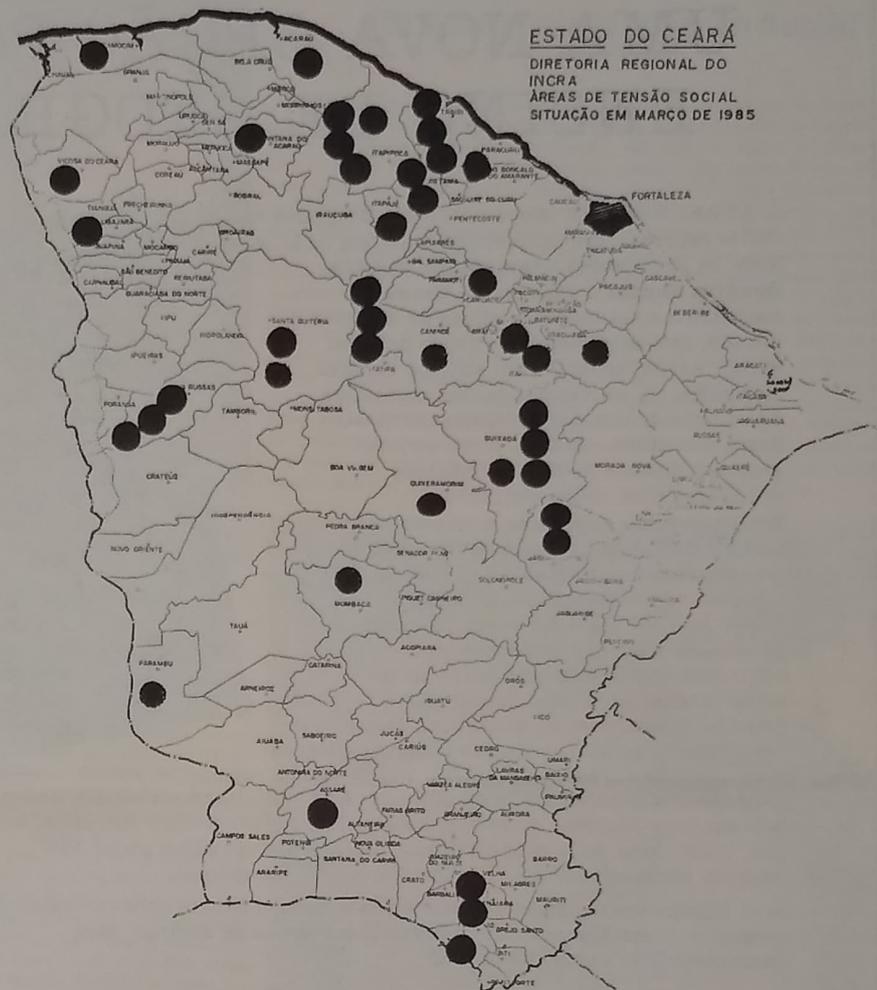
De acordo com Teófilo, as principais regiões de conflito por causa da reforma agrária no Estado são do Sertão Central, englobando os municípios de Quixadá, Quixeramobim e Canindé, e o litoral Norte, abrangendo Camocim, Acaraú, Itarema, Itapipoca e Trairi. A região da Ibiapaba, mais precisamente em Viçosa do Ceará, Tianguá e Ubajara, também é considerada área de conflito, sem falar em Jaguaretama, onde recentemente, por causa de denúncia de violência a trabalhadores, a Polícia Federal recebeu a determinação de apurar as ocorrências.

Essas são as áreas de maior incidência de conflitos abertos e declarados, onde existe a oposição definida entre proprietários e trabalhadores rurais. Na zona de Sobral também existem incidências importantes. O resto é latente", afirmou o Superintendente Regional do Incra. Salientou que essas questões vêm a público através de denúncias dos agricultores sobre ameaças, perseguições e rescisões contratuais arbitrárias, sem cumprimento da lei, como prazos, indenização pelas benfeitorias e outras.

Desapropriações

Segundo Edson Teófilo, o Incra pretende desapropriar este ano no Estado, 400 mil hectares. "Isso na hipótese de serem beneficiadas 10 mil famílias - a meta do Instituto para 1987. Acrescenta que "se os embaraços na Justiça continuarem como no ano passado, quando cerca de quatro processos ficaram pendentes nessa área, teremos que desapropriar 50 por cento a mais", explica o Superintendente. Com essa porcentagem, o número de hectares ficaria em torno de 600 mil. Além dos Cz\$ 500 milhões previstos no orçamento do órgão, a Superintendência do Incra no Ceará dispõe de Cz\$ 120 milhões, provenientes de projetos de assentamento não realizados em 1986.

No ano passado o Incra desapropriou em torno de 100 mil hectares e os entraves na Justiça dificultaram a operação do órgão que deixou de atingir a meta pré-estabelecida. Por isso, Edson Teófilo esclarece que se forem instaladas as Varas Agrárias, criadas para agilizar o processo de Reforma Agrária no País, "os planos poderão ser modificados", observou. Além disso, o Superintendente Regional do Incra acredita na possibilidade do orçamento ser ampliado, podendo assim, aumentar as desapropriações em mais 200 mil hectares.



No mapa as principais áreas de conflito de terra do Estado do Ceará

Posses denunciadas em conflito em Itapipoca

Trabalhadores rurais de Itapipoca denunciaram ao O POVO a perseguição diária e o clima de tensão em que estão vivendo nos distritos de Sabiaguaba e Malamba. "No primeiro, uma morte veio complicar ainda mais o clima de tensão", relatam os posseiros. A propriedade, segundo afirmam, é supostamente de Noé Praciano e desde 1983 o sofrimento e a opressão está imperando. "Éramos trabalhadores livres. Nunca pagamos renda a ninguém. Depois que o Noé disse que era o dono, estamos sofrendo demais", contam.

Em carta endereçada a Secretaria de Segurança e ao Governador do Estado, pelo Bispo de Itapipoca e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará, é feito um relatório das ameaças recebidas pelos posseiros. "Dia 13 de dezembro de 86", diz a carta, "apareceu um homem desconhecido na casa de Raimundo Bonfim e estipulou um prazo de oito dias pra a retirada dos trabalhadores da propriedade, alegando que tinha arrecadado. Já no dia 15 de dezembro, o mesmo homem foi na casa de Raimundo e destruiu tudo".

Na mesma ocasião, continua o relato, "o desconhecido se dirigiu à residência de Damião Serafim da Silva e sem nenhuma discussão disparou um rifle, deixando o trabalhador quase morto. Como o seu estado era grave, teve que ser transferido para Fortaleza onde faleceu". Os denunciantes dizem ainda que toda a ocorrência foi feita para o delegado local e até o momento, decorridos 30 dias, nada foi decidido. "Algum tempo após o crime, o dono mandou retirar o criminoso, que, já sabemos, é José Edimar", contam.

Incra

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi comunicado sobre o fato e se comprometeu em tomar as devidas providências. Boa parte da Região de conflito será desapropriada pelo Incra, mas a comissão que esteve no O POVO, denunciando a situação, não tinha informações se a propriedade, especificamente, está incluída na desapropriação. "Enquanto não sabemos ao certo as reais condições, temos que esperar uma resposta do Instituto, para pro-

videnciar o que se faz necessário", disse o advogado de Assessoria dos Trabalhadores Rurais de Itapipoca, Epifânio Teixeira.

Segundo informou Nair Soares, assessora da Diocese de Itapipoca, que é responsável pelo apoio aos trabalhadores, a região litorânea de Itapipoca pode ser considerada como área de maior conflito do Estado. Outro distrito onde a situação se assemelha a Sabiaguaba é de Malamba. Ali, conforme o relato dos trabalhadores, já foi morto o companheiro deles e outro esfaqueado por três "capangas" de Pedro Gilson Gaspar, dono das terras. "Os que nos perseguem são Francisco Hélio, gerente da fazenda, e dois outros conhecidos como Quinco e Négo", afirmam.

Entre todos os trabalhadores que fizeram a denúncia, uma informação brota dos depoimentos. "O clima é tenso, tanto em Sabiaguaba quanto em Malamba e outros distritos vizinhos", diz Nair. "Estamos pedindo ao Incra e à Secretaria de Segurança para que providenciem alguma medida que venha a beneficiar os trabalhadores rurais de Itapipoca, e de outros locais em conflito", informa o grupo denunciante.

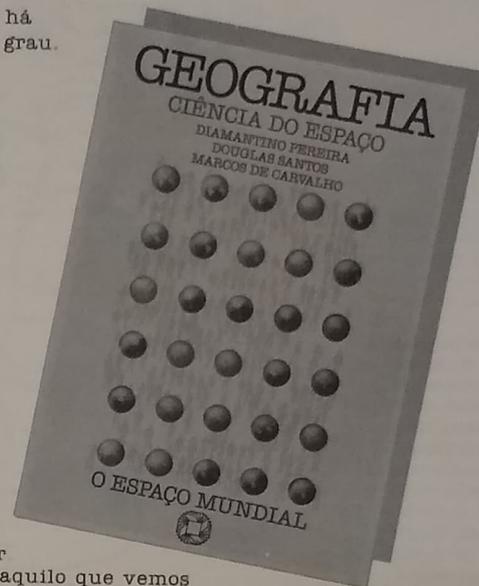
UMA NOVA OPÇÃO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

A ATUAL EDITORA lança o livro de Geografia há muito esperado por professores e alunos do 2º grau.

Nele, os professores **Diamantino Pereira, Douglas Santos e Marcos de Carvalho** encontram uma maneira eficaz de analisar o mundo, sem dissociar meio físico de meio social. Assim, concretizam antigos debates realizados na universidade com o objetivo de solucionar um dos problemas cruciais dessa disciplina, ou seja, como estudar geograficamente homem e natureza enredados num único conjunto.

Tomando como referência fundamental o trabalho — elemento através do qual o homem imprime formas específicas às relações de convivência e ao mesmo tempo transforma a natureza não humana — os autores elegem a sociedade como centro de reflexão. E ao avaliar como as sociedades produzem, consomem e pensam, desvendam as dinâmicas sociais que determinam as paisagens que podemos observar. O conceito de espaço geográfico é amplo: inclui aquilo que vemos (paisagem) e aquilo que determina o que vemos (dinâmica social). Assim, dois ou mais lugares, mesmo que distantes, podem compor um único espaço, pois, numa realidade mundializada, paisagem e dinâmica social não ocorrem necessariamente, por inteiro, num mesmo local.

Essa abordagem contribuirá, sem dúvida, para o debate sobre o ensino de geografia, e certamente outros caminhos teóricos se abrirão, para enriquecer esse campo de estudo.



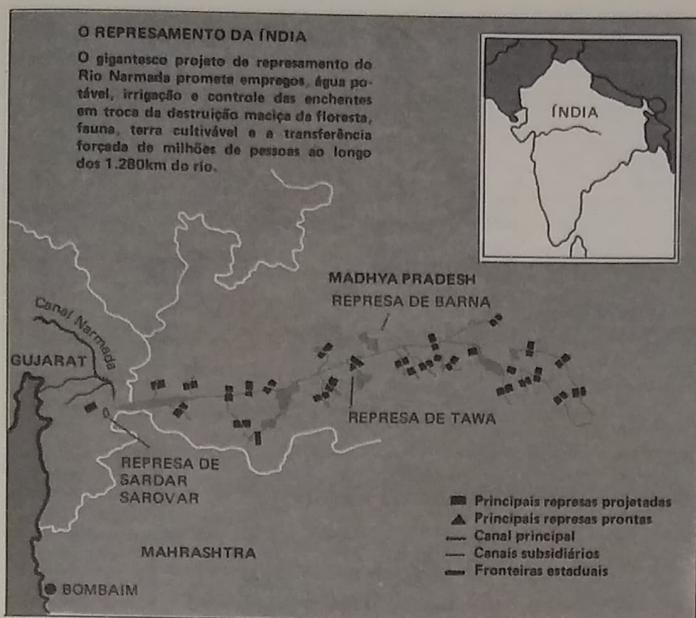
GEOGRAFIA: CIÊNCIA DO ESPAÇO **O Espaço Mundial**

- Dirigido aos cursos do 2º grau.
- Autores com profunda experiência no ensino do 2º grau e na universidade.
- Variedade de fotos, mapas e gráficos que enriquecem o texto e facilitam sua compreensão.
- Mapas-múndi em escalas e projeções padronizadas, facilitando a comunicação cartográfica.
- Temas para debate a cada final de capítulo.
- Possui *Caderno de Atividades*.
- Acompanha *Manual do Professor*.



ATUAL
EDITORA

Rua José Antônio Coelho, 785 — Telefone 575-1544 — 04011 — São Paulo — SP



Índia: populações com irrigação mas sem terra

Um dos maiores projetos de desenvolvimento hidrelétrico e irrigação já imaginados está em curso no vale do Rio Narmada, na Índia. Os planos prevêem a construção de 30 grandes represas, 135 represas médias e mais de 3 mil pequenas barragens, durante os próximos 50 anos, a um custo de dezenas de bilhões de dólares. Mais de dois milhões de pessoas serão, eventualmente, deslocadas pelo projeto.

Só a primeira fase, a construção da represa de Sardar Sardovar, deslocará 67 mil pessoas de suas terras, inundando 875 mil acres da floresta – 11% da base florestal do vale do Narmada. O governo índio promete indenizar os atingidos com terras de valor equivalente às que possuíam. Contudo, não

há terra disponível, nessa medida, na área. A população deslocada provavelmente irá se assentar nas colinas que cercam o lago de 210 quilômetros quadrados da represa, onde o desmatamento e a erosão já são problema.

Na projeção dos custos, o Banco Mundial deixou de calcular a perda dos recursos naturais da área, o valor da conservação do solo e fatores como regulação climática e reabastecimento de água. A Comissão Nacional de Planejamento da Índia, admitindo falhas e subestimação de custos, decidiu que uma melhor administração do projeto – e não a sua reformulação – corrigiria os erros.

No momento, o Banco Mundial reanalisava as projeções do custo-benefício do projeto.

Indonésia: 3 milhões em fluxo de migração induzida

O maior plano de reassentamento populacional do mundo desloca, na Indonésia, milhões de pessoas das densamente povoadas ilhas de Java e Bali para as frágeis florestas tropicais de Kalimantan, Sulawesi e Irian Jaya. O governo indonésio pretende consumir a transferência de 750 mil famílias – 3 milhões de pessoas – até 1989, com a assistência financeira do Banco Mundial e do Banco de Desenvolvimento Asiático, a um custo de 9 mil dólares por família.

A supressão provável de 3,3 milhões de hectares de florestas não é computada nos custos. E embora um dos objetivos do projeto seja a auto-suficiência alimentar das colônias, há poucos indícios de que os migrantes sequer possam subsistir. Na floresta equatorial, cinco quilos de sementes, que deveriam render 40 quilos de amendoim, ren-

dem, apenas seis quilos, de péssima qualidade. O solo não seca, não retém nutrientes e não serve ao cultivo contínuo. Como dois hectares por família não permitem a sobrevivência, a tendência dos colonos é derrubar mais floresta para aumentar a área plantada.

Em Irian Jaya, 685 mil pessoas estão sendo instaladas por via aérea ou através de viagens de navio. Desde que a Indonésia anexou o território, em 1962, vários grupos guerrilheiros lutam pela independência. Segundo o Alto Comissariado de Refugiados da ONU, já há 10 mil refugiados na vizinha Papua Nova Guiné. O governo da Indonésia não reconhece direitos à população melanésia de Irian Jaya e as tribos deslocadas não recebem compensação pela perda de suas terras. Para elas, a guerra no meio ambiente também é guerra ao meio ambiente.



papirus - EDITORA



AMAZÔNIA: MONOPÓLIO, EXPROPRIAÇÃO E CONFLITOS

Arioaldo Umbelino de Oliveira

Saques e entreguismo palavras que resumem toda a história da Amazônia. A obra mostra como os recursos florestais e minerais são expropriados e alerta para as trágicas consequências sociais, políticas, econômicas e ecológicas que virão com a continuidade dessa política.



IMPERIALISMO E GEOPOLÍTICA GLOBAL

José William Vesentini

A corrida armamentista, a guerra fria e os riscos de uma guerra global. A teoria do imperialismo é revista sob o ângulo dessas questões. O espaço mundial é analisado na perspectiva do exercício do poder e da dominação.

A SAIR

A GEOGRAFIA SERVE, ANTES DE MAIS NADA, PARA FAZER A GUERRA

Yves Lacoste

DA GUERRA FRIA À DETENTE

Demétrio Magnoli

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA GEOGRAFIA

Manuel Correia de Andrade

NAS LIVRARIAS OU PELO REEMBOLSO POSTAL

SOLICITE NOSSO CATÁLOGO - Cx. Postal 736

13.100 - CAMPINAS - SP

Jovens com mestrado recém-concluído em áreas de impacto ambiental estão com boas perspectivas de emprego. As grandes estatais brasileiras, como a Vale do Rio Doce e a Eletrobrás, estão precisando de técnicos em ecologia. Elas vão ter de ajustar contas com o meio ambiente. De agora em diante – e cada vez mais no futuro – os bancos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, só darão financiamento para projetos de desenvolvimento se eles forem acompanhados de políticas sensíveis ao impacto social e ambiental.

Transformada em leis nos EUA, a exigência é fruto da pressão sistemática dos grupos ecologistas americanos sobre o Congresso, em Washington, desde 1983. O antropólogo Stephan Schwartzman, 34, e a advogada Barbara Bramble, 40, representantes, respectivamente, do Environmental Defense Fund e do National Wildlife Foundation, estiveram no Brasil, coletando dados e visitando as áreas sob o impacto de grandes projetos financiados pelos bancos multilaterais. Segundo eles, o Congresso dos EUA está cada vez menos disposto a permitir que impostos pagos por americanos sejam usados para “financiar desastres”.

Schwartzman e Bramble vieram estreitar contatos com entidades brasileiras, conscientes de que se movem sobre um limite tênue: “Ambientalistas americanos não têm que intervir na política interna brasileira. Entretanto, como cidadãos americanos, somos também responsáveis pela forma como são aplicados os recursos americanos nos bancos multilaterais. Gostaríamos que esses financiamentos fossem usados para a promoção de um desenvolvimento auto-sustentável e socialmente justo”, diz Schwartzman.

O Brasil, depois da Índia, é o segundo maior tomador de empréstimos do Banco Mundial no mundo. O banco financiou a parte principal do projeto Polonoeste, o asfaltamento da BR-364, Cuiabá-Porto Velho, artéria da colonização de Rondônia. Empréstou milhões de dólares para a implantação do Projeto Carajás, com a construção da estrada de ferro Carajás-São Luís, do porto da capital do Maranhão, e a exploração da mina de ferro de Carajás, sob os cuidados da Vale do Rio Doce. Suscitou a implantação de 12 projetos de irrigação e desenvolvimento industrial em Santa Catarina, pro-

Mas na maioria dos casos, os grandes projetos são planejados em gabinetes fechados. A população afetada por eles – tribos indígenas e comunidades forçadas a abandonar suas terras por grandes hidroelétricas, pólos de colonização ou estradas – não tem voz na sua concepção, e até os supostos beneficiários raramente participam desse planejamento. Por sua vez, os contribuintes dos países empreendedores, onde o financiamento se origina, não têm idéia de como são gastos bilhões de dólares arrecadados em impostos.

O caso do Polonoeste, em Rondônia, é um clássico. O governo brasileiro, a Sepplan jets agrícolas na Amazônia, construção de estradas de rodagem e estradas de ferro. Liberou, recentemente, 500 milhões de dólares para o programa de recuperação setorial energético brasileiro e está avaliando, agora, um segundo empréstimo para o setor, no valor de 250 milhões de dólares. Foi também o principal financiador do plano de recuperação ambiental de Cubatão, cujo sucesso, segundo Barbara Bramble, é “uma demonstração eloquente de que muita coisa positiva pode ser efetivamente feita no Brasil na área ambiental”.

(Secretaria de Planejamento da Presidência da República) e o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas do Ministério do Planejamento) admitem que os efeitos ambientais do projeto foram negligenciados.

– Ao invés de beneficiar os colonos pobres levados para Rondônia pela migração, a comunidade local e as populações indígenas – diz Stephan Schwartzman – o Polonoeste está enriquecendo fazendeiros de gado e especuladores de terra. Os efeitos ambientais são devastadores. Rondônia tem a maior taxa de desmatamento da Amazônia, 4% em 1982, 11% em 1985 e, atualmente, dobrando a cada dois anos. A análise dos dados obtidos pelos satélites da NASA indicam que, se o desmatamento continuar nessa marcha, em meados da década de 90 Rondônia inteira será pastagens e terra estéril. O BID, agora, financia o asfaltamento da BR-364 no trecho Porto Velho-Rio Branco. Se não forem tomadas medidas de proteção às comunidades locais, como seringueiros e índios, um modo de vida orgânico, ajustado à realidade local, desaparecerá em benefício da especulação financeira.

Depois de dois anos de pressão nos Estados Unidos, o Banco Mundial suspendeu a liberação de financiamentos para o Polonoeste exigindo políticas de proteção ao ambiente e aos direitos das populações indígenas. Em janeiro de 1985 o BID cortou 14,5 milhões de dólares do financiamento para a pavimentação da estrada Porto Velho-Rio Branco. Só depois que o governo brasileiro concordou em elaborar um Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas – PMACI – e criar a reserva indígena dos índios Uru-Eu-Au-Au, é que o projeto retomou um curso de financiamento normal.

A reserva, de 1,8 milhão de hectares, foi demarcada em 1986, mas a demora na elaboração do PMACI está inquietando os ecologistas. Entidades indigenistas e o Conselho Nacional de Seringueiros suspeitam que o plano seja um compromisso vazio, fachada. Segundo Schwartzman, conforme os compromissos do governo brasileiro com o BID, 16 reservas indígenas deveriam estar demarcadas em 1986, mas nenhuma o foi.

Também é inquietante o estado atual do acordo de cooperação, patrocinado pelo Banco Mundial, entre a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Vale do rio Doce e a FUNAI, sobre o projeto de mineração em Carajás. A ABA indicou consultores para acompanhar o projeto e zelar pelos interesses dos 11 mil índios da região. No momento, o Banco Mundial estuda o estabelecimento de um mecanismo formal para uma intervenção efetiva dos consultores no planejamento. Suspeita-se que a presença dos antropólogos seja decorativa.

A antropóloga paulista Iara Ferraz, consultora da ABA junto à Vale do Rio Doce, de 1982 a 1986, para os índios Gavião e Suruí do sul do Pará, é cástica: “A coordenação do Meio Ambiente da Vale do Rio Doce não existe. Não tem peso nem política. É pura retórica. Só existe para receber visitantes estrangeiros e figurar na propaganda da empresa. Está lá para recolher dividendos políticos e garantir a aprovação dos financiamentos multilaterais. A Vale quer os antropólogos longe. O planejamento de gabinete, autoritário e fechado, permanece”.

Ricardo Arnt



A DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA

As florestas tropicais brasileiras e as populações indígenas remanescentes estão ameaçadas pela expansão das estradas e projetos de desenvolvimento em larga escala – grandes represas para geração hidrelétrica, mineração, pecuária e agricultura de capitalização intensiva.

Rondônia: reforma agrária fracassada e devastação

Quando foi lançado, em 1982, o governo brasileiro anunciava o projeto Polonoeste como “a maior reforma agrária já empreendida”. O Banco Mundial emprestou cerca de 500 milhões de dólares para o projeto. A maior parte foi usada na pavimentação da rodovia BR-364, a Cuiabá-Porto Velho. Através dela, só em 1985, chegaram a Rondônia mais de 200 mil imigrantes, dos quais um quinto – se tanto – recebeu lotes de terra do INCRA.

Num solo tropical inapropriado a técnicas agrícolas importadas do sul temperado, os colonos derrubam a floresta, abrem clareiras na selva, plantam durante um ou dois anos e assistem ao fracasso das colheitas. A terra vendida a intermediários e especuladores acaba nas mãos dos fazendeiros de gado, e os lavradores, quando não viram peões por um salário de subsistência, se deslocam para outras florestas, ou terra indígena, para recomençar o ciclo.

Em algumas das áreas de colonização mais recentes, 80% dos imigrantes venderam suas terras depois de quatro anos, estendendo o ciclo de devastação para regiões que, até 1970, conservaram florestas tropicais virgens. No ritmo atual, o estado todo poderá estar deflorestado no final da próxima década. É como se uma Inglaterra inteira fosse devastada num prazo de 30 anos. A BR-364 avança, agora, de Porto Velho para Rio Branco, no Acre.

O Banco Mundial, antes de financiar o projeto, conhecia relatórios que advertiam que os solos de Rondônia não suportariam o desenvolvimento agrícola projetado, e que a FUNAI, a agência responsável pela proteção dos índios, não tinha condições de realizar a tarefa. Mesmo assim, o financiamento foi aprovado.

GEOGRAFIA & SOCIEDADE

DIRETORIA BIÊNIO 86/88

Presidente

José Barzacchiello da Silva

Vice-Presidente

Carlos Walter Porto Gonçalves

1ª Secretária

Iraci Palheta

2ª Secretária

Vanda Carneiro Claudino Sales

1ª Tesoureira

Beatriz Ribeiro Soares

2ª Tesoureira

Beatriz Ribeiro Soares

Coordenador de Publicações

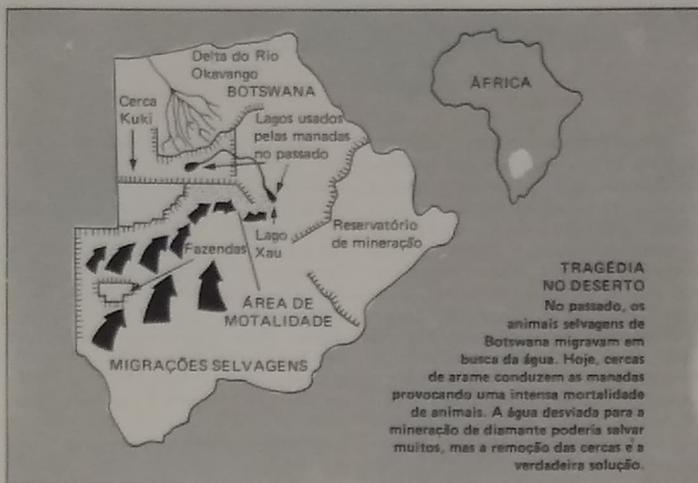
Jose Wilham Vesentini

Suplente da Coordenação de Publicações

Maria Graca Lima

Jornalista Responsável

Ana Rita Araújo Silva



Botswana: pastagens em expansão matam a fauna

O Banco Mundial investiu 18 milhões de dólares em Botswana para aumentar em 50% a criação de gado para exportação de carne, num país onde a desertificação causada pela expansão das pastagens cobra um pesado tributo à população.

A construção de milhares de quilômetros de cercas de arame, obstruindo e alterando rotas e padrões de migração da fauna selvagem está provocando a morte de manadas inteiras de antílopes, gnus, zebras, etc. na zona central do deserto de Calahari, transformado em área de alta mortalidade animal. As cercas impedem o acesso dos animais às fontes d'água tradicionais, quando não provocam a morte direta de muitos em choques contra o arameado.

Os projetos de expansão pecuária atin-

gem o delta do rio Okavango, um dos últimos santuários da vida selvagem no sul da África. Os planos do Banco Mundial previam a modernização das técnicas pecuária e de conservação de pastagens nas secas e frágeis savanas. Mas com o crescimento dos rebanhos para corte, as pastagens invadiram não só territórios indígenas como substituíram projetos agrícolas nas fazendas.

A exportação da carne beneficia uma fração da população de Botswana, empresários ligados à África do Sul. O dano ambiental provocado pela expansão das pastagens prejudica a todos. Projetos pecuários como os financiados pelo Banco Mundial contribuíram para que 65% da população da Botswana dependa, hoje, de ajuda internacional para comer.

Meio ambiente e capitalismo

O capitalismo em sua fase monopolista exige para continuar o seu desenvolvimento a implantação de grandes projetos hidrelétricos, complexos extrativos-minerais, estradas etc. — cujas consequências são enormes impactos ambientais e a mais absoluta indiferença para com os trabalhadores e comunidades de posseiros e indígenas. O autoritarismo é filho legítimo do capitalismo monopolista (e, sejamos lúcidos, não dá para voltar ao capitalismo concorrencial pois foi a concorrência que gerou o monopólio). A Amazônia brasileira tem sido palco de uma verdadeira tragédia tanto do ponto de vista social — vide o conflito de terras, extinção de comunidades indígenas — como ambiental. Transcrevemos a seguir matéria publicada no Jornal do Brasil de 22/3/87 de autoria do jornalista Ricardo Arnt, um dos mais sérios ecologistas brasileiros, que conta um pouco dessa história de grandes projetos financiados pelo capital internacional na Índia, Indonésia, Botswana e em Rondônia, além de uma análise dessa nova e complexa relação entre o Imperialismo, os ecologistas e os trabalhadores que sofrem os efeitos desse pro-

cesso. Enquanto os ecologistas dos países imperialistas pressionam seus governos para não financiarem desastres sócio-ambientais, no Brasil as grandes empresas que se beneficiam desses financiamentos transformam os técnicos em meio-ambiente e antropólogos de assessores em acessórios para maquiagem seus projetos.

Esta página do nosso jornal é uma homenagem a Francisco Mendes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri no Acre, que já ganhou dois prêmios internacionais pela preservação do meio-ambiente em Londres e Nova Iorque. Ele é uma bela expressão de que problema ambiental e social não estão separados. Já sofreu cinco atentados e perdeu um de seus grandes companheiros, Wilson Pinheiro, assassinado em 21 de julho de 1981. Divulgar o seu nome no Brasil é fundamental. Francisco Mendes, sindicalista, é membro do Conselho Nacional de Seringueiros que defende a criação na nova constituição de "reservas extrativistas" na Amazônia, garantindo um desenvolvimento ecologicamente responsável e socialmente justo.

Isso é que é trem da alegria AGB: CUT ou CGT?

A organização dos trabalhadores em sindicatos tem sido, a mais de um século, o caminho que os tem levado a inúmeras e difíceis vitórias nas lutas por melhores salários e respeito como profissionais inseridos no processo de produção. Discutir a importância

dos sindicatos como entidades representativas dos trabalhadores e veiculação de suas lutas é o mesmo que discutir o óbvio.

A situação que nos é colocada (AGB: CUT ou CGT?) deve ser analisada em profundidade e requer um certo amadureci-

NA ÁTICA, A GEOGRAFIA TEM SEU ESPAÇO GARANTIDO!

*A Geografia deve integrar criticamente o estudante ao meio, de modo a formar cidadãos ativos e conscientes, que reflitam sobre a realidade e participem de suas transformações.
É a partir dessa avaliação que a Editora Ática edita criteriosamente seus livros, já consagrados entre professores e alunos.*

Combeça, agora, algumas dessas importantes obras:

SÉRIE VIAGEM PELA GEOGRAFIA

Coordenador: José William Vesentini
Ficção: Fernando Portela

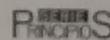
- A AMAZÔNIA — Consultor: Ariovaldo Umbelino de Oliveira
- SECAS NO NORDESTE — Consultor: Joaquim C. de Andrade
- AFRICA DO SUL — Consultor: Francisco Capuano Scarlato

COLEÇÃO GRANDES CIENTISTAS SOCIAIS

Coordenador: Florestan Fernandes

- MAX SORRE — Organizador: Jamário Francisco Megale
- ELISEE RECLUS — Organizador: Manuel Correia de Andrade

SÉRIE PRINCÍPIOS



- CAMPONESES
Margarida Maria Moura
- REGIÃO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL
Roberto Lobato Corrêa
- SOCIEDADES INDÍGENAS
Alcides Rita Ramos
- MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E AGRICULTURA
Ariovaldo Umbelino de Oliveira
- PESCADORES DO MAR
Sérgio Carmo Maldonado
- ENERGIA & FOME
Gilberto Kubler Corrêa
- ABOLIÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Manuel Correia de Andrade

COLEÇÃO ENSAIOS

- A CAPITAL DA GEOPOLÍTICA
José William Vesentini

OBRAS DIVERSAS

- BRASIL — SOCIEDADE E ESPAÇO — Geografia do Brasil
José William Vesentini
- SOCIEDADE E ESPAÇO — Geografia Geral e do Brasil
José William Vesentini
- GEOGRAFIA DA AMÉRICA
Igor A. G. Moreira
- O ESPAÇO GEOGRÁFICO — Geografia Geral e do Brasil
Igor A. G. Moreira
- GEOTATLAS
Marta Elena Simielli

editora ática

Novas Unidades do polo Residencial Pastel Rua Bordo de Iguaçu, 110
CEP 01507 Caixa Postal 9656 — São Paulo — SP

mento em política sindical. Assim, antes de expressar meu posicionamento deixo claro que não me acho totalmente capaz de fazer uma análise profunda da questão e também não me encontro amadurecido o suficiente para entender por completo a política sindical do Brasil. Entretanto, após participar de alguns debates e realização de algumas leituras sobre a questão sindical, passo a emitir um posicionamento pessoal sobre a mesma, como se segue.

Acredito que a ainda não filiação da AGB a uma única Central Sindical é fruto mesmo da falta de discussão da questão dentro das Seções Locais da AGB, Direção Nacional e todos os associados. Não é difícil perceber entre os associados a inconsciência quanto ao que seja um sindicato e, pior, quanto ao que significa CUT e CGT. Passem, mas isso é real.

Defendo a não filiação da AGB a uma única Central Sindical, a exemplo da ANDES (ver nota "Filiação a Uma Central Sindical") e Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (Ver "Folha Rural - 30/05/87"), e, a meu ver, isto não significa neutralidade ante a questão de sindicalização dos trabalhadores. Temos inúmeros outros caminhos para atuar no sentido de respaldar os trabalhadores (nós) nas lutas gerais por melhores condições de trabalho e de vida, qualquer que seja a categoria que esteja levantando sua bandeira de luta.

O motivo mais relevante que a mim se apresenta para o meu posicionamento contrário à filiação da AGB a uma única Central Sindical relaciona-se à natureza Científico-Cultural desta associação. Pelo fato mesmo de não ser uma entidade que represente uma categoria profissional (em questões trabalhistas) - ver a relação AGB s/CREA's -

enfrenta esta, problemas sérios ante à outras entidades que representam outras categorias de profissionais.

Em a AGB filiando-se a uma única Central Sindical é certo que seria mais uma entidade a respaldar aquela, entretanto, pergunta-se: Qual o retorno essa Central Sindical proporcionaria à AGB? Temo, caso esta filiação aconteça sem, por exemplo, a realização de um plebiscito na comunidade agebeana, de uma maior divisão entre os associados, pois, os diferentes posicionamentos políticos dos associados tem caracterizado veementemente os debates ocorridos nos Congressos e nas Gestões Coletivas da entidade.

Temos a salientar, embora seja do conhecimento de todos, que os professores de Geografia têm o seu sindicato, e quem ainda não tem sindicato para atuar são os Geógrafos (atuando como bacharéis), ainda, que a AGB não tem meios legais e nem impede (o que é natural) a formação de Associações de Geógrafos Profissionais; estas, acredito, embora não as defenda, tem mais a ver com sindicalização que a AGB. Quem sabe num futuro fruto de sonho, com a profissão de Geógrafo bem reconhecida e aceita pela sociedade, com um grande número de Geógrafos atuando com carteira assinada e tudo, a gente forma o nosso sindicato!!!

Concluindo, acredito que a discussão no seio da AGB está muito insipiente e carece de amadurecimento para que a decisão de filiação ou não a uma Central Sindical tenha o respaldo da maioria de seus associados... vamos tentar a democracia?!

Francisco Mendonça - AGB/Londrina

"Novo exílio"

Têm se tornado abundante na imprensa, em geral, as informações sobre consulados, facilidades de emigração, países receptivos, dificuldades e até dicas para burlar essas dificuldades com vistas a sair do Brasil e instalar-se em outros países. A perspectiva já está se tornando alarmante, embora ainda não tenha, inexplicavelmente, adquirido um tom político - só a imprensa parece estar se mostrando receptiva e sensível ao problema. No último dia de julho, o caderno *Cidades da Folha* publicou com destaque uma matéria destinada a dar uma dimensão estatística a esse tema delicado. O resultado foi pasmoso: 34% dos paulistanos já consideraram a possibilidade de deixarem o país. Note-se que isso ocorre na cidade tida como a mais desenvolvida e dotada das melhores oportunidades no contexto geral da nação. Dentre essas pessoas, cerca de 50% se concentra entre os mais jovens (18/24 anos) e aqueles que dispõem de melhor nível de renda, têm um melhor preparo cultural: é a seiva mais promissora do Brasil, sangrando para o exterior. Entre os motivos apresentados para a emigração, 87% apontam o descalabro da economia, a incompetência política e a penúria cultural - nenhuma surpresa portanto: a mediocridade também oprime. Houve um tempo - longo tempo - em que eram a violência, a perseguição política e a intolerância que arrastavam inúmeras pessoas pelos caminhos sempre aflitivos da emigração. Emigração compulsória - eram os anos do exílio. Desencadeada a democratização, é irônico que esse fluxo tenha se avolumado caudalosamente, adquirindo agora o contorno mais inquietante do exílio voluntário, motivado ainda por um fator de insegurança: o da falta de estabilidade, confiabilidade e alternativas. Dentre os entrevistados, só 13% viam na perspectiva da emigração o atrativo da aventura. Os demais, a imensa maioria, a encaram a contragosto, como o último recurso, já que o comportamento das elites que controlam o circuito das decisões não lhes acena com a menor chama de esperança. É desalentador para o país, comprometedor para o futuro.

Sendo eu mesmo filho de imigrantes, sei bem o que significa esse destino, como é dramática a decisão de emigrar. Cortar os laços com as raízes, abandonar as memórias afetivas impressas desde a infância, renunciar aos rostos amados dos parentes, ao afeto dos amigos. Deixar para trás uma língua, uma cultura, um cenário que é parte íntima da sua personalidade e que volta toda noite, em cada sonho. É uma automutilação - dói psicológica e fisicamente. Afiliação aumentada pela angústia de se mergulhar num mundo estranho, com freqüência hostil pela concorrência desigual que o imigrante representa, onde com toda razão ele se sente inferior, deslocado, humilhado e ridículo por ser o que é, por representar a sua própria cultura. Para que alguém chegue a esse ponto portanto, é preciso muita coragem ou muito desespero. Por isso acho que nossos líderes e autoridades deveriam observar esse sintoma com uma sensibilidade muito especial - e talvez com alguma autocrítica. Esse país está se tornando um pesadelo, mais que um ninho para seus filhos.

Com relação aos jovens em particular, substância maior desse impulso emigratório, é curioso notar que embora a palavra de ordem do momento seja mudança, em todos os níveis e com grande ênfase, eles representam uma injustificável ausência. Salvo raras exceções, em todas as áreas as mesmas figuras circulam há décadas. Não há mudança de gerações, como não há renovação dos dialetos intelectuais, nem dos projetos de futuro. Os jovens, se quiserem escapar ao desdém ou resistir à mera exploração comercial ou política da sua juventude, só parece poderem se dirigir à porta dos fundos. A porta da rua.

Nicolau Sevcenko é professor da USP - Folha de São Paulo 10/08/87 (Colaboração Carlos Walter Porto Gonçalves. Direção Nacional AGB).

Espaço e tempo do cotidiano: uma experiência de educação em geografia

Esta experiência foi realizada em Ponta Porã-MS com alunos de 5ª série (aproximadamente 120 (cento e vinte) alunos) na E.E.P.S.JBC.

Princípio básico: Romper definitivamente com a geografia descritiva para descrever uma nova visão de uma geografia viva, onde a dinâmica da vida é o ponto fundamental para o reconhecimento do próprio espaço de cada SER.

Entre outros objetivos, destaco os seguintes:

- a - Um conhecimento concreto da realidade do bairro integrado pela comunidade onde estava situada a escola, vinculando de maneira viva o aluno à escola.
- b - Dar ao aluno uma visão da sua própria realidade, codificando-a de maneira organizada, através de levantamento de dados, pesquisas e relatórios por ele mesmo coletados, onde ele mesmo se sinta agente ativo do momento em que vive e onde vive.
- c - Conduzir o estudo da geografia de maneira em que o aluno sintasse fazendo parte dela e não apenas olhando-a de maneira contemplativa, na vida dos outros ou nas fotografias e livros.
- d - Abrir espaços para que o aluno se situe no tempo e ative suas forças

na busca de novos projetos de vida, partindo da sua própria realidade, levado pela ação reflexiva e consciente.

- e - Refletir com ele sobre a realidade e despertá-lo para novas descobertas, onde ele mesmo venha a procurar soluções para seus próprios problemas reconhecendo que a geografia está sempre presente na dinâmica da vida.
- f - Construir com os alunos a sua própria história, numa visão abrangente, onde tudo é resultado da vivência das pessoas atuando no tempo e no espaço, construindo ou reconstruindo, destruindo ou transformando seu próprio ambiente.
- g - Integrar o programa de geografia com o de história, ciência, matemática, comunicação e expressão e educação artística.
- h - Integrar de maneira simples, mas concreta o aluno com a escola onde estuda.

Profª Maria Aparecida Sella da Rocha, Ponta Porã, Mato Grosso do Sul

1987

Desilusão

Maria do Socorro falou com Francisco Alves que, por sua vez, encaminhou ao gerente do Projeto Curu-Paraíba, Heraldo Accioly Ferreira. "Fui na administração do projeto três semanas seguidas, até que um dia tive de medir 200 metros quadrados no mato, e demarquei com estacas. Mas todo o trabalho foi inútil, pois até hoje o Dnoc não definiu o lote", frisou.

Diante de tudo que passou, ela diz que não tem mais a quem apelar no Brasil, visto que até o presidente Sarney não solucionou o problema. Desiludida, Maria do Socorro pede ajuda à Organização Internacional do Trabalho (OIT), Direitos Humanos, Organização das Nações Unidas (ONU) e outras entidades de proteção dos direitos humanos no sentido de patrocinar a viagem de sua família a Cuba, Espanha, Rússia ou a Líbia.

Segundo ela, a escolha destes países não tem cunho político, mas por acreditar que a reforma agrária já é uma realidade. "Não

posso viver de espera. Façam com que meu grito de dor chegue a estes países, principalmente ao coronel Kadaf. Li em um jornal que ele vai fazer a reforma agrária na Líbia. Quem sabe ele não me dá um pedacinho de terra para plantar?", questiona.

Afirmar ainda que "não sou comunista, nem terrorista, não devo nada ao Governo Brasileiro, não matei, nem roubei. O meu único crime foi querer um lote de terra no Projeto Curu-Paraíba, para tirar da terra o sustento das minhas filhas". Enquanto aguarda ajuda de entidades internacionais, Maria do Socorro vive na casa do pai, pois ele é colono e mal tem como sustentar o restante da família. Apesar de ter o Segundo Grau, e saber costurar e bordar, ela não consegue trabalhar em casa por completa falta de condições de comprar matéria-prima.

(Diário do Nordeste - Fortaleza 30/12/86, Colaboração A.S.B. Fortaleza)